

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.267 - SP (2019/0369385-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : NELSON SEIJI MATSUZAWA - SP209809**  
**AGRAVADO : HOSMEDI S/A SOCIEDADE MEDICO HOSPITALAR - MASSA FALIDA**  
**ADVOGADO : ALFREDO LUIZ KUGELMAS - ADMINISTRADOR JUDICIAL - SP015335**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE SÃO PAULO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - IPTU E TAXAS - EXERCÍCIO DE 1991 - CITAÇÃO EFETIVADA DEPOIS DE TRANSCORRIDOS MAIS DE CINCO ANOS DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO - APLICAÇÃO DO CTN ART 174 REDAÇÃO ORIGINÁRIA - PRESCRIÇÃO CONSUMADA - RECURSO DESPROVIDO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 40 da Lei n. 6.830/80, art. 174 do CTN e do art.47 do Decreto-Lei n 7.661/45, no que concerne à não ocorrência de prescrição, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Tomando por base uma interpretação literal dos dispositivos legais, vê-se que o v. Acórdão recorrido concluiu pela ocorrência da prescrição ante o decurso de prazo superior a 05 (cinco) anos desde a constituição definitiva do crédito tributário, sem a citação da executada, havendo assim, maltrato à normas legais, em particular artigo 47 do Decreto - Lei nº 7.661/45 e artigo 174 do CTN.

Neste ponto entra a discussão da vexata quaestio, de qual interpretação deve ser dada ao artigo 174 do CTN, quando existe no caso demora proveniente dos mecanismos inerentes ao aparelho judiciário.

Importa ressaltar que a demora motivada por circunstâncias alheias à conduta da Fazenda interessada não ensejará a perda de seu direito. Trata-se de conclusão facilmente alcançável pela exegese das noções mais singelas de justiça.

Com efeito, não se pode penalizar o fisco pelo fato da empresa não ter sido encontrada antes, conforme o art. 174 do CTN e, com análise ao art. 47 do Decreto -Lei 7.661/45, a prescrição fica suspensa relativa a

obrigações de responsabilidade do falido.

Além disso, o Município não pretende a reanálise do conjunto fático-probatório, mas sim a análise de tese jurídica aplicada pelo v. acórdão, a respeito da suspensão da prescrição pela aplicação do artigo 47 da Lei 7.661/45 (fl. 107).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Colhe-se dos autos que a citação do executado ocorreu em 28/08/2012, de maneira que entre a constituição definitiva do crédito de 1991 e a citação se passaram mais de cinco (5) anos ininterruptos, sem notícia de qualquer interrupção do prazo previsto na: redação originária do inciso I do art. 174, do CTN. Com efeito, aplica-se a redação originária do art. 174, inciso I, do CTN, por se tratar de execução fiscal ajuizada antes da vigência da LC nº 118, de 09/06/2005, não se aplicando a Lei nº 6.830/80, visto tratar-se de matéria reservada à lei complementar, como dispõe o artigo 146, inciso III, letra b, da Constituição Federal, de maneira que o prazo extintivo só seria interrompido pela citação válida.

Assim, frustrada a tentativa de citação do executado a quem cabia à municipalidade, diligenciar na busca de informações sobre o seu paradeiro dentro do prazo quinquenal de que dispõe para tanto. Ademais, ainda que a interrupção do prazo com a citação retroagisse a data da propositura da demanda, transcorreu mais 20 anos entre o ajuizamento em 1992 e a data em que proferida a sentença em 2015, de modo que de sob qualquer ângulo está caracterizada a prescrição (fl. 83).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente